



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas – CMPD –
Mês de fevereiro de 2023

1 Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, teve início às dezoito horas
2 e trinta minutos, na Casa dos Conselhos, a Reunião Ordinária do CMPD (Conselho Municipal de
3 Políticas sobre Drogas), com a presença dos Senhores Conselheiros: Amanda Alves Velloso
4 Nunes (Secretaria de Saúde); Sonia Silva Paiva (Coordenadoria do Programa Municipal de
5 Políticas sobre Drogas), Oswaldo Alberto Filho (Departamento de Saúde Mental); Patrícia
6 Leitão Vieira (Departamento de Saúde Mental); Rodolpho Marinho Cavadas (Coordenadoria
7 Municipal de Políticas Especiais para a Juventude); Vanessa Senna Guingo (Secretaria de
8 Educação); Marise Brand (Conselho Tutelar); Victoria Antonieta Tapia Gutiérrez (CRP RJ);
9 Andrew Tavares (Usuários ou Familiares); ; Raphael Curioni Raia (Instituição de Ensino
10 Superior – UNIFASE); Adriano Jose da Silva (Instituição Religiosa – Mitra); Jonathas de
11 Oliveira Marinho e Angélica Casciano André (ONG – CDDH); Alexandre Chedy Gonçalves e
12 Monique Furtuna de Souza Campedelli (Clubes e Serviços – Projeto Clínica da Dor). Havendo
13 número legal, a Presidência cumprimentou todos e deu por aberta a reunião, em segunda
14 convocação para atingir quorum. Sendo presidida pela Presidente do CMPD, Psicóloga Victoria
15 Gutierrez, compondo no momento inicial ainda a mesa diretora, a Vice-presidente do CMPD
16 Enfermeira Sonia Paiva, que lavra essa ata, em virtude da ausência justificada da Segunda
17 Secretária Sra. Roseli Souza Ribeiro Soares e da ausência não justificada do Primeiro Secretário
18 Sr. Thel Freitas. A Presidente Victoria começou a reunião lembrando a tragédia socioambiental
19 que completa um ano, lamentando as vítimas e enfatizando sobre os acometimentos de
20 sofrimento mental que atingem os familiares e da população em geral, incluindo o aumento do uso
21 de substâncias psicoativas, inclusive de medicações prescritas, agravamento este oriundo
22 também do período de pandemia. A Presidente informa quanto à necessidade de eleger um
23 representante do CMPD para o Conselho Municipal de Segurança Pública (COMSEP) cujas
24 reuniões ordinárias ocorrem nas segundas segundas-feiras do mês, às 18 horas na Casa dos
25 Conselhos. Conselheira Amanda esclarece que precisa ser representação da sociedade civil.
26 Conselheiro Alexandre Chedy Gonçalves - Clubes e Serviços – Projeto Clínica da Dor) aceita ser
27 o representante e o suplente ficou para ser definido posteriormente. Dando seguimento a
28 Presidente Victoria propõe que as atas sejam enviadas previamente, por e-mail para leitura e
29 posterior aprovação presencial e alterações necessárias, alertando, porém quanto ao
30 compromisso dos Conselheiros para que não seja aprovado o que não for lido. Esclarece ainda,
31 que o prazo do envio será de três dias anteriores à reunião para envio. Sendo assim, em março
32 será enviada a ata de fevereiro por e-mail, canal oficial de comunicação e cópia para o grupo do
33 Whatsapp. Todos os Conselheiros presentes concordam. Dando prosseguimento, a Presidente
34 Victoria relata que realizou um levantamento de faltas sem justificativas pelos Conselheiros,
35 inclusive representantes do governo as quais será repassado ao Presidente da Casa dos
36 Conselhos, Sr. Tiago Ezequiel, que se encontra presente na reunião. Cita representações as quais
37 nunca estiveram presentes, tais como OAB, COREN e CREMERJ. Presidente Victoria traz como
38 ponto de pauta a situação do Conselheiro Thel Freitas (ONG - Comunidade Terapêutica Resgata
39 Famílias), primeiro Secretário que já atingiu três faltas consecutivas sem justificativas, sendo
40 proposta a substituição, com base no Regimento Interno, o que foi aceito por unanimidade pelos
41 Conselheiros. A Conselheira Monique Furtuna (Clubes e Serviços – Projeto Clínica da Dor), do
42 segmento Sociedade Civil se coloca à disposição de assumir, sendo aceito por unanimidade.

43 Sendo assim, foram realizadas palmas de felicitações e a Presidente Victoria fez o convite para
44 que Conselheira Monique viesse no momento compor a Mesa Diretora. Conforme pauta da
45 reunião, foi realizada a leitura da ata da reunião ordinária de janeiro pela Presidente, aprovada
46 por unanimidade pelos Conselheiros. Presidente Victoria esclarece quanto à solicitação feita pelo
47 Conselheiro Jonathas de Oliveira Marinhos (ONG - CDDH) na reunião anterior, referente ao
48 registro na ata lida em janeiro da frequência do CDDH na reunião Ordinária ocorrida em
49 Setembro de 2022, a qual não pode ser confirmado em virtude da mesma estar com o então
50 Conselheiro Thel Freitas e que o mesmo não forneceu à Presidente até o momento, apesar de ter
51 sido solicitado. O Conselheiro e Diretor do Departamento de Saúde Mental, Enfermeiro
52 Oswaldo, apresenta a nova Conselheira representante do governo no segmento Secretaria de
53 Saúde, Sra. Patrícia Leitão Vieira, Coordenadora do CAPS Núbia Helena dos Santos, em
54 Itaipava. Dando prosseguimento à pauta, foi realizada a leitura a partir da seção VI do
55 Regimento Interno, a partir do artigo 21, sendo suprimido o artigo 31 “Não poderá haver voto por
56 delegação”, que se repete. Quanto ao artigo 38 referente à representação da Sociedade Civil, para
57 que não possa haver conflito de interesses, após justificativas da Presidente Victoria, da Vice-
58 Presidente Sônia, do Coordenador da Casa dos Conselhos Thiago Ezequiel, dos Conselheiros
59 Rafael, Oswaldo e Alexandre, foi alterado com a inclusão de que para o segmento sociedade
60 civil não poderão assumir pessoas que tenham cargos comissionados do governo ou prestadores
61 de serviço do tipo pessoa física-RPA. A conselheira Amanda enfatiza que tal alteração só se
62 aplica ao artigo em questão, ou seja, referente à sociedade civil, já que no segmento de
63 representantes do governo, cabem a este a indicação e designação sem que o regime de trabalho
64 seja restrição, podendo inclusive ser na forma de pessoa física- RPA. Após alteração do referido
65 artigo, foram aprovadas as alterações pelos Conselheiros presentes e por fim, aprovado por
66 unanimidade o Regimento Interno. Prosseguindo a reunião, a Presidente Victoria participa aos
67 Conselheiros que iniciou um esboço do Plano de Ação, instrumento a ser utilizado pelos
68 Conselheiros e principalmente por aqueles que comporão as Comissões para que se cumpram as
69 deliberações. Conselheiro Alexandre Chedy (Clubes e Serviços – Projeto Clínica da Dor) sugere
70 que o Plano de Ação seja feito por áreas a serem trabalhadas. Conselheira e Vice-presidente
71 Sônia enfatiza a fala da Presidente, orientando que o Plano de Ação instrumentaliza as ações
72 para implementação das deliberações da III Conferência Municipal de Políticas Sobre Drogas de
73 2022. A Presidente enviará uma tabela modelo que possivelmente possa ser usado para a
74 construção do Plano de ação por e-mail aos Conselheiros e fornece aos presentes a cópia das
75 deliberações da respectiva Conferência. Em assuntos gerais a Presidente Victoria fala sobre a
76 participação da mesma No Fórum de Saúde Mental, álcool e outras drogas que ocorre No Rio de
77 Janeiro sempre na primeira quinta-feira de cada mês. O Conselheiro representante da Mitra
78 Conselheiro Adriano Jose da Silva fala sobre um evento realizado pela igreja católica e sugere
79 evento social pelo CMPD. Vice presidente Sônia ressalta que os eventos realizados usando a
80 titulação de Conselheiros precisam ser submetidos e aprovados pelo Conselho. Conselheiro
81 Oswaldo traz o importante assunto sobre Comunidades Terapêuticas, alertando quanto à criação
82 do novo Departamento sobre Comunidades Terapêuticas com financiamento governamental.
83 Vice-presidente ressalta a fim de esclarecimento aos demais conselheiros tratar-se de pasta do
84 governo federal e não municipal o que foi mencionado pelo Conselheiro Oswaldo. Conselheiro
85 Jonathan Marinho, representante do CDDH, indaga quanto ao número de CTs que existem em
86 Petrópolis, sendo informado pelo Conselheiro Oswaldo em torno de cinco. Presidente Victoria,
87 alerta quanto ao crescimento do número de CTs. Vice presidente Sônia informa que ao assumir a
88 coordenação do CAPS AD e do PMPD em janeiro de 2022, encontrou um Fluxo de Entrada de
89 Pacientes em CTs a qual não concordou e apresentou após exaustivo estudo tendo a cooperação
90 na elaboração da Psicóloga Wanessa, RPA lotada no CAPS AD, uma proposta de novo fluxo,
91 enviada ao Departamento de Saúde Mental para posterior envio ao CMPD. Nesta, desobrigaria o
92 fluxo de atendimento pelos psiquiatras do CAPS AD e equipe de atendimento de pessoas que já
93 estejam definidas para admissão em CTs, sugerindo ainda a fiscalização pela Vigilância Sanitária
94 e vistoria pelo CMPD das existentes no município. Em relação à informes sobre eventos.
95 Conselheiro Raphael Curioni informa sobre o evento que está ocorrendo na UNIFASE de 15 a
96 20 de março, com inscrição pelo site da faculdade e a Conselheira Victoria, fala sobre o evento
97 que acontecerá dia 10 de março no Salão Nobre do CEFET sobre Violência de Estado.

98 Conselheira Amanda informa sobre as inscrições para Conferência de Saúde no período de 23 de
99 fevereiro a 23 de março do corrente ano. Por fim, o Presidente da Casa dos Conselhos devido a
100 hora, solicita que seja apresentado o último ponto de pauta tratando-se de um projeto do
101 Conselheiro Alexandre Chedy (Clubes e Serviços – Projeto Clínica da Dor), que apresenta a
102 ideia de um projeto de ação social que poderá ocorrer inclusive na Casa dos Conselhos
103 envolvendo ações referentes às Terapias Integrativas e demais ações. Vice-Presidente Sônia
104 coloca-se favorável às ações coletivas, porém esclarece que não cabe ao CMPD a execução de
105 ações de saúde, diz não ter ficado claro se a apresentação do Conselheiro Alexandre é algo do
106 seu trabalho enquanto Conselheiro ou como profissional da sociedade civil. Novamente
107 enfatiza que os projetos precisam ser submetidos ao Conselho para aprovação e que ações de
108 capacitação, de divulgação, dentre outras, cabe às Comissões e sugere que aguardemos as
109 implantações das Comissões. A presidente elucida que o CMPD cria a política pública através
110 das deliberações que foram construídas na Conferência, a PMPSD seria a responsável por aplicar
111 a política e os equipamentos de saúde e outros seriam onde a política poderia ser aplicada e o
112 CMPD tem como prerrogativa também fiscalizar a implementação Em seguida, a Presidência
113 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão às 20:29h , da qual, para constar, eu,
114 Sônia Paiva, vice presidente deste Conselho, lavrei e assinei a presente ata e será submetida à
115 aprovação dos conselheiros na próxima reunião ordinária.

116

117

118

119

Sônia Silva Paiva
Conselheira Vice-Presidente do CMPD

120

121

122

Victoria Antonieta Tapia Gutiérrez
Conselheira Presidente do CMPD

123

124